

As características formais e os motivos decorativos e iconográficos, reveladores de um programa coeso e coerente, suportam as hipóteses de uma datação do século XII e uma origem forânea, concordante com o caráter internacional da coleção deste emérito colecionador.

Texto: ACS - Fotos: JNG

Bibliografia

BANDERAS, S., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. "Crucifijo de Ariberto", 2008, pp. 236-240; BEUCKERS, K.G. e FALK, B., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. "Cruz de Otto y Mathilde, Essen", pp. 177-180, s.v. "Cruz de Theophanu, Essen", pp. 241-244, s.v. "Cruz de Mathilde, Essen", 2008, pp. 266-269; GARNIER, F., 1982, p. 200; GRAMACHO, N.C., 2018, pp. 328-330; IPM, 2003b, p. 70; KEMPKENS, H., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. "Cruz de las reliquias de San Mauricio, Münster", 2008, pp. 304-307; MINKENBERG, G., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. "Cruz de Lotario de la cámara del tesoro de la catedral de Aachen", 2008, pp. 181-187.

Cruz de ouro de D. Sancho I (MNAA 540 Our)

INTEGRADA NO CONJUNTO dos bens móveis classificados como "tesouro nacional", pelo "valor cultural de significado para a Nação" que agrega (Lei nº 107/2001 de 8 setembro, art. 15º), a Cruz correntemente designada de D. Sancho I constitui um objeto impar da ourivesaria portuguesa. Fruto da vontade testamentária de D. Sancho I (?-1211) e terminada em 1214, este "monumento" aproxima-se, como notou Rodrigo d'Almeida, do "berço da monarquia", recuando aos tempos fundacionais da nacionalidade e agregando múltiplos significados simbólicos que tal herança avoluma.

Ao contrário da maioria dos bens de cronologias tão recuadas, conhecemos relativamente bem o percurso desta peça, facto que também contribui para a sua singularidade. No segundo testamento do rei D. Sancho I, ditado em outubro de 1210, o monarca reitera o desejo de ser enterado no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde já fora sepultado o pai, D. Afonso Henriques, e dota o cenóbio de vários bens:

... *Monasterio Sancte Cruas ubi corpus meum sepeliri iubeo, mando X[mille morabitinos] et meam capellam et copam meant auri ut faciant ex ea unam crucem et unum calicem et C marchas argenti quod est in turribus Colimbrie de quo faciant unum frontale ante altare Sancti Petri etiam aliud ante altare Sancti Augustini...*, a partir de Barroca.

Sabemos hoje, com base no estudo de Lurdes Craveiro, apoiado na descrição do memorialista D. José de Cristo, que os dois monarcas foram sepultados numa capela do claustro. Daqui foram trasladados para os túmulos que D. Manuel I mandou edificar na capela-mor, no reinado do seu filho D. João III. Convertido em Panteão Régio por D. Afonso Henriques, D. Sancho reafirmava, deste modo, os favores da Coroa ao mosteiro de Santa Cruz, junto do

qual se situavam as Torres de Coimbra, nas quais o monarca guardava parte do seu abundante tesouro, como esclarece Maria João Branco. Da fortuna em parte acumulada pela guerra contra o infiel, o rei garantia o enriquecimento material e o prestígio espiritual do cenóbio, ofertando-lhe um cálice e uma cruz para a execução dos quais dotou a sua copa de ouro entre outros bens. O primeiro não logrou chegar até nós, mas a segunda permaneceu e conquistou valor identitário. Nogueira Gonçalves, citando as *Chronicas Breves*, refere, ainda, que o "mui nobre Rey dom Sancho pos em o altar moor huma cruz de prata muito grande com quatro evangelistas em as pontas", peça que ainda existia em finais do século XV.

D. Sancho seguia, assim, o exemplo do pai, que legara também ao mosteiro uma relíquia do Santo Lenho, conquistada, segundo o cronista Nicolau de Santa Maria, ao seu primo Afonso VII, na refrega da "Veiga de Val de Vez". De acordo com o relato, o infante reservou para si uma parte, que usava numa cruz de ouro, que ofertou mais tarde "ao seu confessor S. Theotonio, para lhe servir de cruz peitoral nos pontificaes." Foi esta a relíquia que, de acordo com a tradição, foi colocada na cruz de ouro doada por D. Sancho a Santa Cruz. Esta peça afigura-se, nesse sentido, como testemunho material da proteção e favorecimento concedido pelos primeiros monarcas a este cenóbio, preferência que, durante séculos, os seus cronistas não cessaram de recordar. A peça estava guardada na cripta da capela-mor da igreja dos Crúzios, juntamente com algumas pedras do Santo Sepulcro e relíquias da Virgem e São João Evangelista, fazendo acentuar o simbolismo em torno do Sacrifício do Cristo, como notou Franco, e dos valores de peregrinação à Terra Santa.

O monarca faleceu em março de 1211, tendo a cruz sido entregue ao Mosteiro em 1214, tal como atesta a

inscrição gravada no reverso, de acordo com a leitura de Barroca:

DomNus / SAN / CIUS / REX / IUS / SIT / FIE / RI : / HANc /
+ [crucem] / ANNO / INCAR / NATI / ONIS /, constando a
informação do ano - M : CC : XIII — na filacteria que o
Anjo de São Mateus exhibe com ambas as mãos.

A informação foi gravada na parte inferior do estipe, distribuindo-se verticalmente por quinze regras com duas, três ou quatro letras, sendo as palavras separadas por uma linha formada por cinco pontos puncionados.

A cruz, recortada numa lâmina de ouro (65x34,5 e 1873,5 g de peso), respeita a tipologia latina, com as extremidades flor-de-lisadas das hastes. Um friso decorativo acompanha todo o rebordo da peça, apresentando uma sequência perlada no anverso, obtida por punção de extremidade circular, e incisões em ziguezague no reverso. Estas fitas dobradas, como são designadas, tão comuns na arte românica, acentuam os efeitos lumínicos do metal.

Os remates das hastes em flor-de-lis, com os elementos laterais recurvados para o exterior, determinaram a leitura historiográfica e estilística da peça. A esta característica podemos acrescentar os travessões pronunciados que os antecedem. Para Ferreira de Almeida, esta configuração da cruz integra-a na linguagem artística do gótico, inaugurando um modelo formal que se impôs ao longo do século XIII e viria a perdurar até ao XVI. É certo que este perfil se afirmou a partir do primeiro quartel de Duzentos, como o demonstra, entre outros exemplares, a cruz relicário de Clairmarais (Saint-Omer), também *gemata*, executada entre 1210 e 1220 e contemporânea, assim, da de D. Sancho. No entanto, importa recordar exemplares anteriores onde esta tendência é visível, como a cruz gemada das Ardenas, Bayern (datada do segundo quartel do século IX), uma cruz latina com as extremidades dos braços bifurcados, ligeiramente curvados para o exterior ou, mais perto do nosso território, a Cruz de Vitória, oferecida por Afonso III à catedral de Oviedo em 908, com os braços rematados em triplo lóbulos. Estes objetos anunciam o desenvolvimento de um modelo que será dominante, de facto, a partir do século XIII e com o qual estavam já familiarizados o(s) ourives que executaram a cruz de D. Sancho.

O cruzeiro apresenta forma quadrangular, contendo originalmente, no anverso, um relicário cruciforme, que guardava a relíquia do Santo Lenho já referenciada. Nogueira Gonçalves, citando as *Memórias Avulsas*, relata que a cruz foi penhorada entre finais do século XIV e primórdios do XV (juntamente com outros bens do tesouro crúzio), pelo prior D. Afonso Martins, no sentido de solucionar algumas dificuldades familiares. As mesmas *Memórias* informam

que o objetivo do prior terá sido financiar o doutoramento, em Bolonha, do filho Fernando Afonso, tendo, para isso, solicitado uma determinada soma de ouro ao fidalgo Ruy Vasques Ribeiro. Certo é que as peças foram recuperadas por D. Gonçalo, o de Boa-Memória (falecido em 1441), “que tinha grande amor a suas cousas, & grande zelo em as restaurar”, mas a preciosa relíquia, âmagô da conceção da própria cruz, não terá voltado ao mosteiro, de acordo com a referida fonte, citada por Barroca: “a quall Cruz levava em no meeo o llenho da Cruz e quando tornou nom viinha hy”.

Nicolau de Santa Maria é contraditório em relação ao destino desta relíquia. Ao descrever o célebre Santuário de Relíquias existente no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o cronista refere uma cruz-relicário mandada fazer, em 1569, pelo prior D. Lourenço Leite. Esta emblemática peça, de prata dourada e guarnecida de pedras “finas”, era conhecida na comunidade como a Cruz dos Anjos, que reunia, em cinco partes, relíquias do Santo Lenho, as quais e citando a Crónica:

“se tirarão da Cruz de ouro, que deu ao Mosteiro El Rey D. Sancho I que tem de peso sete marcos, & seis onças de ouro, afóra as pedras finas de que està guarnecida, & tinha o Santo Lenho (...); & outra parte do Santo Lenho se tirou da Cruz peitoral, que tinha no Sepulchro o glorioso Padre S. Theotonio, primeiro prior do dito Mosteiro de S. Cruz (...)”, reforçando, numa outra passagem, “e na que se achou ao pescoço do Prior S. Theotonio, quando a primeira vez se abriu seu Sepulcro”.

Este registo do “pouco seguro cronista”, como a ele se referiu Nogueira Gonçalves, é contraditório em relação a outras passagens da crónica, que afirmam tratar-se da mesma relíquia, a saber:

“Deste sagrado, & milagroso Lenho da Cruz, tomou o Principe Dom Affonso huma boa parte pera si, que trazia consigo em huma Cruz de ouro, que depois deu a seu Confessor o Padre S. Theotonio, primeiro Prior do Mosteiro de S. Cruz, pera lhe servir de Cruz peitoral nos Pontificaes (...) & desta Cruz peitoral se tirou depois o Santo Lenho, & se poz na Cruz grande de ouro, & pedras preciosas, que deu El-Rey Dom Sancho I & finalmente se poz na Cruz pequena protatil, que chamão dos Anjos”.

Seja como for, para o cronista seiscentista, a relíquia da Vera Cruz que existia nesta última peça do tesouro, era a mesmo que tinha pertencido a D. Afonso Henriques, depois a São Teotónio e colocada, de seguida, na cruz de D. Sancho. Independentemente das contradições suscitadas em várias passagens da Crónica, o mais importante a reter, destes relatos, é a importância simbólica que, durante séculos, os cônegos de Santa Cruz atribuíram às



Cruz de ouro de D. Sancho I (MNAA 540 Our). Anverso



Reverso

reliquias do Santo Lenho, "Orago do Mosteiro", e à cruz oferecida pelo segundo monarca dessa excelsa dinastia. A observação desta peça transportava os religiosos para a origem do seu próprio mosteiro e, por extensão, para os tempos em que se definiam as fronteiras do território português.

As cruzes relicários, destinadas a guardar os preciosos fragmentos do Santo Lenho, foram vulgares no mundo bizantino e depois em contexto carolíngio e ottoniano. O "madeiro sobre o qual Cristo se submeteu ao humano inimigo", tal como se pode ler na inscrição da emblemática Cruz de Justino II (Roma), datada do século VI, materializa a valorização simbólica atribuída, desde cedo, ao objeto do Sacrifício do Cristo. A Cruz converte-se, em simultâneo, no elemento protetor do justo, mas, também, no

signo que garante a vitória sobre o inimigo da Fé, o que explica a importância que assumiu, também, em tempos da Reconquista Cristã. A inscrição *HOC SIGNO TVETVR PIVS / HOC SIGNO VINCITVR INIMICVS* [Com este signo se protege o piedoso / Com este signo se vence o inimigo], pode ler-se na Cruz dos Anjos, oferecida por Afonso II (circa 760-842), em 808, à catedral de Oviedo e na desaparecida cruz de Santiago de Compostela (furtada em 1906), ofertada por D. Afonso III de Leão (866-910) e sua esposa Ximena, em 874, à Casa do Apóstolo.

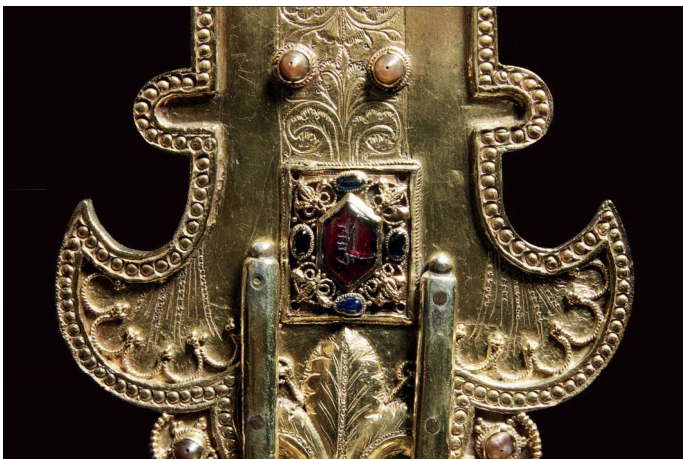
A lenda de que a primeira foi executada por anjos, já difundida nos primórdios do século XII, permite enquadrá-la entre os objetos aquerótipos, realizados por mãos não humanas, mas divinas, o que demonstra bem o alcance do valor simbólico que lhe foi atribuído. A



Anverso. Pormenor do braço superior



Anverso. Pormenor do cruzeiro



Anverso. Pormenor do braço inferior

mesma frase, de sentido apotropaico, integra igualmente a inscrição presente na Cruz de Victoria, oferecida por Afonso III e sua esposa Ximena à basílica de São Salvador de Oviedo, no ano de 908. Enquanto símbolo do Cristianismo e do sacrifício do Cristo para Salvação dos justos, as cruzes, e em particular as que guardavam partículas do lenho da Vera Cruz, afirmaram-se como signos de resistência contra o invasor e infiel, nestes séculos de luta intestinas no território peninsular.

Estas referências culturais e culturais permaneceram no tempo e envolviam, certamente, o universo social e religioso de D. Sancho I. A este cenário bélico acresce o das cruzadas e a devoção ao Santo Sepulcro de Jerusalém, vividos intensamente na Europa a partir de finais do século XI. Philippe George demonstra como as referências a relíquias do Santo Lenho, em Liège, se multiplicam a partir do século XII. Defende, também, que este tipo de ofertas, protagonizadas por figuras importantes e prestigiadas pelos cargos que ocupavam, garantia autenticidade às relíquias, tornando-as mais insígnias. A dádiva de D. Sancho inclui-se, naturalmente, entre este grupo, reforçada pelo facto de conservar uma relíquia herdada já do seu pai, o primeiro rei da dinastia. Doadada e conservada no tesouro da Casa que acolheu os corpos dos dois primeiros monarcas do jovem reino, a presença nela, desta distinta peça, assegurou o prestígio dos cruzados durante séculos, guardiães das sepulturas dos fundadores e dos tesouros por eles legados. O ouro e as pedras preciosas convertiam os seus recipientes em objetos sumptuários, que brilhavam entre a obscuridade dos lugares onde estavam guardados, proporcionando a transposição da luz das matérias preciosas para a esfera do divino.

Em termos cronológicos, formais e técnicos, a cruz de D. Sancho está de acordo com as características dos objetos sumptuários da chamada "arte 1200" (1150-1250), com forte expressão no norte de França e na região do Mosá: o anverso (que expõe a relíquia), enriquecido com gemas e fios filigranados, prolonga a tradição altomedieval das cruzes gemadas; o reverso decorado a buril, de traço firme e delicado.

Atualmente, a haste e o nó da cruz estão unidos por um elemento argênteo mais tardio, de onde saem quatro segmentos pregados ao braço inferior da cruz. O facto de estes se sobreporem ligeiramente à data gravada na filacteria sustentada por Mateus, revela alguma falta de cuidado posto nesta intervenção. O tubo inferior, destinado a enfiar a cruz na vara, é também posterior às peças originais. Estes dois elementos converteram-na especificamente numa cruz processional, mas é possível que, originalmente, estivesse preparada para ser fixada indistintamente num

pé ou numa base. Neste sentido, poderia ser levada em procissão até ao altar onde era fixada num suporte móvel, assumindo a função de cruz de altar para glorificação da Eucaristia. Esta hipótese é corroborada pelo facto de ambas as faces se encontrarem decoradas e pelos motivos iconográficos seleccionados. Nicolau de Santa Maria relata que esta peça servia nas "procissões mais solemnes", certamente nas Festas de Santa Cruz de maio e nas da Exaltação de setembro, sendo arvorada, no tempo das pestes, "contra o ar corrupto".

O lado que ficava voltado para o sacerdote, durante a Eucaristia, apresenta decoração gravada a buril. Ferreira de Almeida afirmou que, apesar da execução de alguns motivos estampados, "esta peça é, acima de tudo, uma bela amostragem de uma apurada técnica de desenho e da utilização do buril". O centro do cruzeiro é ocupado pela figura do *Agnus Dei*, nimbado e crucífero, enquadrada num círculo com moldura interna polilobada, idêntica às encontradas nas patenas da mesma cronologia. O Cordeiro sustenta, com a pata direita, uma cruz grega pateada, muito corrente à época, da qual suspende o estandarte da Ressurreição, símbolo da Vitória do Cristo sobre a Morte. As extremidades dos braços são ocupadas pelas representações simbólicas dos quatro evangelistas, entendidos como testemunhas da Redenção da Humanidade, conquistada através do Sangue derramado do Cordeiro de Deus que "tira o pecado do Mundo": na parte superior do estipe a Águia de João e, na inferior, o Anjo de Mateus; no patíbulo, à esquerda, o Leão de São Marcos, à direita o Touro de São Lucas, ambos alados. Os Seres Vivos estão unidos ao círculo do Cordeiro através de um friso de palmetas, decoradas com folhas e flores do tipo *aurum*, igualmente comuns na gramática decorativa dos séculos XII e XIII. A parte inferior do estipe é preenchida pela inscrição que recorda a oferta do monarca.

A face mais decorada da cruz de D. Sancho era a que podia ser vista pelos fieis durante a procissão. O "anverso" distingue-se pelo conjunto de pedraria (muitas delas reaproveitadas), que permite integrá-la na tipologia da *crux gemmata* de tradição paleocristã e bizantina, imagem simbólica da Parusia e da Jerusalém Celeste. Conservam-se atualmente 13 granadas, 28 safiras azuis e 82 pérolas, tendo desaparecido 48 entre pedras e aljófares. Cinco das granadas apresentam incisões estilizadas, que Nogueira Gonçalves considerou tratar-se de "legendas islâmicas" e que têm sido interpretadas também como reaproveitamentos de joalharia romana. Esta prática foi corrente entre os séculos VIII e XII. Morandini e Stradiotti esclarecem que a cruz dita de Desidério, Brescia (2ª metade século VIII / 1ª metade do IX), reúne o maior número de joias antigas reutilizadas, cerca



Reverso. Pormenor do *Agnus Dei* no cruzeiro

Reverso. Inscrição no braço inferior



de 50 num total de 212. Todas as pérolas da cruz de D. Sancho são atravessadas por um furo (que os ourives não procuraram ocultar), que asseveram o emprego anterior numa outra cruz, joia ou veste sumptuária. A desaparecida cruz bizantina de Tournai (século VII ou IX-X), a de Agilulfo, em Monza (finais século VI-princípios do VII) ou a dos Anjos de Oviedo (808), exibem fiadas de pérolas ao longo das hastes ou no clipeo, solução de origem bizantina que indicia o seu emprego em cruzes altomedievais.

As pedras espelham uma distribuição criteriosa pela peça, tendo sido agrupadas em firmas quadrangulares, losangulares ou quadrifoliados que encaixam em estruturas emolduradas em fio de filigrana, soldadas à cruz. As gemas estão engastadas em anéis de metal de chapa lisa, retangulares, ovais ou circulares, ao modo bizantino, envolvidas por fio de filigrana ou em pequenos casulos formados por estes fios, o que proporciona um salutar efeito decorativo. As granadas, de dimensões consideráveis, preenchem sete engastes e intercalam com safiras. Duas destas ocupam os ângulos superiores do cruzeiro (um cabuchão retangular e outro oval, a confirmar a reutilização) e duas granadas os inferiores. Pela sua dimensão, estas pedras ocupam sempre o engaste central do conjunto, podendo ser envolvidas por quatro safiras ou grupos de doze aljófares, num ritmo visualmente apelativo e certamente bastante enriquecido pelo corpo aparatoso da relíquia inscrita originalmente no cruzeiro.

Reverso. Anjo de São Mateus com a data do ano 1214 na filacteria



Esta face da cruz de D. Sancho I apresenta, assim, aos olhos dos fieis, a imagem simbólica da Jerusalém Celeste, "cidade de ouro puro" (Ap 21, 18), dominada ao centro pela relíquia do Santo Lenho, *Crux fidelis*, *Arbor nobilis*, símbolo da Morte necessária para a conquista de uma nova Vida. Os engastes das granadas, safiras e pérolas, tão presentes nas cruzes *gemmatas* medievais, recordam "os alicerces da muralha da cidade", "incrustados com toda a espécie de pedras preciosas" (Ap 21, 19). As pérolas são referentes às portas da cidade, as safiras ao azul celeste e as granadas à Ascensão do Cristo, o que estreita a relação simbólica entre si. As extremidades e superfície dos braços são preenchidos por folhas e flores diversas, executadas a buril ou em fio de filigrana, alusivas aos frutos da Árvore da Vida, erguida no meio da praça da Cidade Eterna. A iconografia das duas faces é, deste modo, concordante, enquadrando a profecia apocalíptica narrada por João: o sangue derramado do Cordeiro inocente como garante da Vida eterna, alcançável pelos puros "que lavam as suas vestes, para terem direito à Árvore da Vida e poderem entrar nas portas da cidade" (Ap 22, 14). A abrir o cortejo eucarístico ou pousada sobre o altar, a cruz recorda o Sacrifício do Cordeiro imolado, eternamente revivido através do Santíssimo Sacramento. E, tal como observou Ferreira de Almeida, as espigas de trigo gravadas nas extremidades das hastes, assumem "um marcado valor simbólico", coerente com todo o programa iconográfico.

No século XIX, e no rescaldo da extinção das Ordens Religiosas, a cruz deu entrada na Casa da Moeda, vindo a integrar as coleções reais em 1845, por intervenção do rei consorte, D. Fernando II. Rodrigo d'Almeida localiza-a, em 1881, no gabinete de numismática de D. Luís I, salientando a antiguidade e qualidade artística da peça, merecedora da melhor atenção numa época em que "os valiosos objectos que outr'ora possuímos" estavam sujeitos ao "desbarato". Em 1916 deu entrada no Museu Nacional de Arte Antiga, onde hoje se encontra exposta, vinda da Casa Forte do Palácio das Necessidades. Depois de um percurso glorioso em exposições emblemáticas, no decurso da segunda metade do século XIX, conheceu a sua última grande exibição político-ideológica durante as Comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração da Independência, em 1940, como muito bem assinalou André das Neves Afonso. Colocada ao lado do cardeal-patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira, no terraço da galilé da catedral de Lisboa, a centenária cruz fazia recuar, no imaginário de todos, a memória dos egrégios tempos fundacionais, assumindo-se como símbolo agregador dos 800 anos da História da Nação.

A cruz de D. Sancho é, sem dúvida, um exemplar único entre os bens móveis do Tesouro Nacional. Executada em ouro, é a única peça deste metal que chegou até nós desta cronologia. A escolha deste bem precioso pode ser explicada pelo valor material que o ouro assumia à época, mas também pela importância simbólica, enquanto substância ígnea e cristológica, cujo brilho dourado e luminoso revivia uma vida para além da Morte. Por ter integrado um fragmento do Santo Lenho, testemunha a enorme devoção à Vera Cruz que proliferou desde os tempos altomedievais, mas que se intensifica a partir do Ano Mil, favorecendo o encontro, no entender de Philippe George, da religiosidade clerical e da piedade popular. A importância simbólica do Santo Sepulcro de Jerusalém acentua-se neste período, reforçada pelo decorrer das primeiras Cruzadas. A tradição garante a vivência deste culto entre os crúzios de Coimbra, atestada pela presença de algumas pedras do Santo Sepulcro guardadas junto do precioso objeto. Concebida no tempo das lutas contra os infiéis e mandada executar por um cruzado de verdadeira Fé, a cruz relicário de D. Sancho recordava a grandeza do jovem Reino e os feitos gloriosos dos dois fundadores sepultados nesta Casa. O saque de Constantinopla, de 1204, garantiu o aumento de relíquias da Verdadeira Cruz no Ocidente e a proliferação de cruces relicários, a forma que melhor se ajustava à recepção do *Lignum Crucis*, o lenho da Verdadeira Cruz do Sacrifício, no qual o Cordeiro imolado derramou o Santo Sangue. Concluída em 1214, como atesta a data gravada

na filacteria do Evangelista Mateus, a Cruz de D. Sancho I, de grande valor material e artístico, deve ser encarada, sem dúvida, como um “valor testemunhal” da cultura europeia de vários tempos.

Texto: ACS - Fotos: JNC

Bibliografia

AFONSO, A.N., 2019a, pp. 657-664; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, p. 75; ALMEIDA, C.A.F., 2001, p. 178; ALMEIDA, C.A.F. e BARROCA, M.J., 2002, pp. 251-253; ALMEIDA, R., 1881, pp. 43-46; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 272 (de 1214); BRANCO, M.J.V., 2006, pp. 163-166; CASTRO VALDÉS, C., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. “Cruz de los Ángeles, Oviedo”, 2008, pp. 120-126; CASTRO VALDÉS, C., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. “Cruz de la Victoria, Oviedo”, 2008, pp. 156-165; CORATO, L., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. “Cruz de Agilulfo, Monza”, 2008, pp. 97-99; CRAVEIRO, M.L., 2011a, p. 16; DESCATOIRE, C. e GIL, M., 2013, pp. 20-29; DUMOULLIN, C., PYCKE, J., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. “Desaparecida cruz bizantina de Tournai”, 2008, pp. 88-96; GEORGES, P., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. “Santa Cruz de Liège”, 2008, pp. 208-212; GONÇALVES, A.N., 1984a, pp. 61-66; IPM, 1995, pp. 50-55; JÜLICH, T., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. “Cruz de Justino II, Roma”, 2008, pp. 42-46; MORANDINI, F. e STRADIOTTI, R., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. “Cruz denominada de Desiderio, Brescia”, 2008, pp. 111-117; SANTA MARIA, N., 1668, pp. 66, 75, 249 e 352; SINGUL, F., in *SIGNUM SALUTIS. CRUCES DE ORFEBRERÍA DE LOS SIGLOS V AL XII*, s.v. “Réplica de la perdida cruz de Santiago de Compostela”, 2008, pp. 147-151; XAVIER, H., 2011, p. 71-87.

Cruz processional de cobre dourado (MNAA 62 Met)

A CRUZ PROCESSIONAL DE COBRE (MNAA 62 Met) que integra atualmente o acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, faz parte de um conjunto alargado de peças desta tipologia, de origem medieval, que subsistem em Portugal. A proveniência e data de incorporação no Museu são desconhecidas, o que dificulta naturalmente o estudo destes objetos. Em forma de cruz latina (recortada numa lâmina de cobre) – 52,9 x 32,2 cm e pesando 1316,7 g –, com as extremidades dos braços flor-de-lisados, mas de recorte pouco evidenciado, apresenta medalhão circular no cruzeiro e travessões de contornos circulares ao centro de cada um dos braços. Estes estão cobertos, no anverso da cruz, por quatro quadrifólios pregados sobre a árvore, cuja lâmina foi recortada, levantada e ajustada de modo a receber cinco cabochões (um ao centro e os restantes em cada

uma das faces da roseta), exibindo a grande maioria vidros de cor vermelha, branca e azul. Na parte superior do estipe, entre o quadrifólio e a cabeça do Cristo, inscreve-se o monograma IHS disposto em diagonal, em substituição da habitual inscrição do *titulus crucis* referido pelos quatro evangelistas ou do respetivo acrónimo INRI.

O contorno da cruz é acompanhado por um friso pontilhado e todo o corpo da árvore exhibe motivos florais e folhagens de desenho idêntico a outros objetos de ourivesaria e torêutica da mesma cronologia. O dourado é ainda evidente em várias partes do objeto, recordando os danos que a sua ausência faz na perceção visual e impactante que a cruz deveria exercer sobre os fiéis no decurso das procissões. Seis orifícios na parte inferior do patíbulo anunciam outras ausências, os *pendilia* tão